POR UMA EFETIVIDADE DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

BY AN EFFECTIVENESS OF THE INTERNATIONAL STANDARDS TO WORKER PROTECTION

Jahyr-Philippe Bichara¹

Rodrigo Ribeiro Vitor²

RESUMO

O presente artigo pretende analisar, a partir de dados estatísticos, o grau de efetividade das normas internacionais de proteção ao trabalhador no Brasil, país signatário de 80 convenções junto à OIT. O resultado dessa análise hipotético-dedutiva aponta que há falta de efetividade na implementação dessas normas. A partir daí, são lançados questionamentos com vistas a esclarecer se os compromissos assumidos pelo Brasil junto à OIT são realmente necessários, se essa organização internacional tem exercido o papel que dela se espera, bem como aquilo que pode ser feito para dotar de maior efetividade os compromissos laborais assumidos no cenário internacional. Ao final, demonstra-se como o novo constitucionalismo é uma ferramenta viável para se buscar, no curto prazo, a maior efetividade dessas normas internacionais e contribuir para que a proteção ao trabalhador se transforme em um valor dentro da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Trabalhador. Normas internacionais. Efetividade.

ABSTRACT

This article seeks to analyze, from statistics, the degree of effectiveness of international standards of worker protection in Brazil is a signatory to 80 conventions by the ILO country. The result of this hypothetical-deductive analysis shows that there is a lack of effectiveness in implementing these standards. From there, questions in order to clarify whether the commitments made by Brazil to the ILO are really needed, if this international organization has played the role that it is expected and what can be done to give greater effectiveness are launched labor commitments on the international scene. Finally, we demonstrate how the new constitutionalism is a viable tool for seeking, in the short term, the greater effectiveness of these international standards and contribute to the protection of the worker becomes a value within Brazilian society.

Keywords: Worker. International standards. Effectiveness.

¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; doutor em Direito pela Université Paris I (Panthéon-Sorbonne); mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco; mestrado em Direito pela Université Paris I (Panthéon-Sorbonne); graduação em Direito pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne).

² Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bacharel em Direito pela Universidade Potiguar.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a proteção do trabalhador é tema que ganha relevância a partir da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, mas que passa a ter contornos científicos e universalizantes a partir da criação da Organização Internacional do Trabalho - OIT, fundada em 1919 pelo Tratado de Versalhes, com vistas à promoção da justiça social no meio laboral e do estabelecimento de condições laborais dignas entre os trabalhadores. Desde então, uma série de normativas internacionais tem sido produzida para que esses propósitos sejam alcançados, além da criação de diversos mecanismos de monitoramento do cumprimento dessas normas e de promoção dos valores dessa importante organização internacional especializada.

Nesse cenário, o Brasil tem se apresentado como um país comprometido com essa causa. Atualmente é signatário de 80 convenções em vigor junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT). No entanto, quando se analisa o resultado da ampla proteção formal aos trabalhadores brasileiros, nota-se que sua realidade não é melhor quando comparada com a realidade de um país signatário de apenas 12 convenções junto à OIT, como é o caso dos Estados Unidos da América. Além disso, é possível apontar, com base em estudos do Instituto Nacional do Câncer (INCA), uma gama considerável de deficiências na proteção ao trabalhador contra o câncer vinculado ao trabalho, mesmo diante da vigência da Convenção 139 da OIT, que trata da prevenção e controle de riscos profissionais causados por substâncias ou agentes cancerígenos.

Esse problema remonta à falta de efetividade das normas internacionais de proteção ao trabalhador brasileiro. Assim, faz-se necessário compreender como o país tem se portado na implementação dessas normas, bem como torna-se importante compreender como a OIT tem atuado no sentido de fiscalizar e fazer valer suas disposições quando não efetivadas de fato pelos Estados que assumiram tais compromissos.

A partir da compreensão dessa problemática, torna-se importante analisar possibilidades de longo, médio e especialmente de curto prazo, aptas a corrigir ou mitigar os impactos negativos da falta de efetivo cumprimento das normas internacionais de proteção ao trabalhador no Brasil, com vistas a dotá-las de maior efetividade e contribuir para que a proteção ao trabalhador se transforme em um valor dentro da sociedade brasileira.

2 O PROBLEMA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR NO BRASIL

Muito se fala hoje acerca do problema da falta de efetividade das normas legais, especialmente no direito brasileiro, cujo ordenamento é amplo, analítico e tenta se fazer presente em todas as esferas da sociedade. Por outro lado, é perceptível, até ao cidadão menos atento, que falta a esse ordenamento o respeito e o reconhecimento que deveria existir por toda a sociedade, justamente porque esse direito é muito pouco aplicado e concretizado. Isso leva à construção de um sentimento de descrédito na lei e, conseqüentemente, ela se enfraquece e morre com o decorrer do tempo. A médio e longo prazo, a lei que existe apenas formalmente é ridicularizada e perde-se com isso boa parte da capacidade de organização da vida coletiva da sociedade.

O problema é maior quando se parte para analisar a aplicabilidade das normas internacionais ratificadas pelo Estado brasileiro no âmbito interno. Maior ainda quando essas normas internacionais relacionam-se a direitos trabalhistas, em especial aquelas produzidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), produto de trabalhos cooperativos realizados por representantes do Estado, dos empregadores e dos empregados. Por sua própria origem, seria de se supor que, por envolver um contato maior entre as possíveis partes interessadas na elaboração das normas, houvesse uma menor tendência ao conflito. No entanto, não é essa a realidade. De acordo com relatório do Conselho Nacional de Justiça de 2013, referente aos dados apurados em 2012 (CNJ, 2012), quase quatro milhões de novas ações trabalhistas foram propostas em 2012, sendo que tem-se constatado um crescimento perene desde 2009 em relação a esse indicador.

Aliás, a preocupação com o bem-estar do trabalhador passa a ser uma preocupação relevante no cenário internacional quando se insere na nova ideia de direito de cooperação entre os Estados no âmbito das relações econômicas entre eles, o que ocorreu a partir do início da década de 70, por meio da formação do que se denominou chamar de nova ordem econômica mundial (BAPTISTA, 2012). Esse cenário reforça o reconhecimento de que o ser humano não deixa de ser humano só porque vende sua força de trabalho, sendo a sua condição enquanto ser humano como única condição para que se respeite sua dignidade (GURGEL, 2007). A dignidade que lhe é inerente não pode, jamais, ser-lhe negada, qualquer que seja o cenário em que se encontra. Percebe-se também, ser fruto de uma construção axiológica, fruto de uma história de embates, de um processo evolutivo, de uma construção humana em constante processo de transformação, como, aliás, é próprio dos direitos humanos (PIOVESAN, 2009). Tem-se o princípio da dignidade humana como principal parâmetro balizador de toda a evolução do direito a um meio ambiente saudável do trabalhador. Nesse sentido, os dizeres de Comparato (2004, p. 22), amparado nas ideias de Kant, ao apontar que a dignidade da pessoa

não consiste apenas no fato de ser ela um ser considerado e tratado, em si mesmo, como um fim em si e nunca como um meio para se chegar a um resultado, mas também no fato de ser o próprio resultado, pela vontade racional do ser humano, capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita. É dizer, nas palavras do autor, "[...] pela sua vontade racional, a pessoa, ao mesmo tempo que se submete às leis da razão prática, é a fonte dessas mesmas leis, de âmbito universal [...]", ou seja, o parâmetro é o próprio ser humano, fonte de inspiração na criação das leis e agente de sua própria concretização.

O valor da dignidade da pessoa humana é, em ambas as esferas, segundo os dizeres da professora Flávia Piovesan (2009, p. 7-8), "[...] paradigma, referencial ético, verdadeiro superprincípio a orientar o constitucionalismo contemporâneo, nas esferas local, regional e global, dotando-lhes especial racionalidade, unidade e sentido". Nos dizeres de Celso de Albuquerque Mello (2000, p. 53), "[...] os direitos do homem se internacionalizaram. As organizações internacionais, especialmente as de aspecto social, visam satisfazer as suas necessidades". Isso reforça a noção hodierna de que o homem, com a dignidade que lhe é inerente, encontra-se no centro do sistema internacional criado a partir das organizações internacionais, irradiando os valores que por elas devem ser promovidos e protegidos.

O Direito Público Internacional, por sua própria natureza, um direito originário, já que não se fundamenta em outro ordenamento jurídico e voltado a regular as relações entre os Estados ou entre Estados e outros atores internacionais (VARELLA, 2012), deve inspirar a criação de instrumentos de proteção e realização digna do ser humano onde quer que se encontre e zelar por sua efetividade, como condição de sobrevivência da própria humanidade (ACCIOLY; CASELLA; SILVA, 2012). Ainda que tenha como objeto a regulação da convivência entre os Estados e organizações internacionais, o direito Internacional Público não pode perder de vista que o ser humano é seu fundamento último, sua mais importante preocupação.

Visando coordenar a atuação dos Estados com a finalidade de se atingir esse propósito, nota-se uma atuação cada vez mais acentuada e decisiva das organizações internacionais, que acabam por marcar a evolução do direito internacional contemporâneo.

As organizações internacionais resultam da manifestação de vontade dos Estados, sujeitos de direito internacional, e são autênticas pessoas jurídicas de direito internacional, de caráter institucional. Seu ato constitutivo é sempre um tratado, que por sua vez pode ser chamado de estatuto, carta, pacto. Esses tratados, que também devem ser ratificados pelos Estados e/ou outras organizações internacionais, determinam a estrutura da organização, suas competências, finalidades, procedimentos de gestão e atuação e até mesmo a criação de outros

órgãos internos subsidiários que tratarão de assuntos mais específicos (VARELLA, 2012). Nesse sentido, não diferem da tratativa dedicada à criação de outros compromissos internacionais entre os Estados.

A mais importante dessas instituições, pela amplitude de sua esfera de atuação, envolvendo as questões mais importantes das relações internacionais, incluindo as relativas à manutenção da paz e da segurança internacional, que a caracteriza por sua vocação universal é a Organização das Nações Unidas (ONU) (TRINDADE, 2003). Sua organização compreende seis órgãos especiais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, a Corte Internacional de Justiça, o Secretariado, o Conselho Econômico e Social e o Conselho de Tutela.

Esse Conselho Econômico e Social possui a nobre função de coordenar a cooperação internacional para solucionar problemas internacionais de caráter econômico, cultural ou humano, na qual se destaca a facilitação para criação de entidades especializadas por meio de acordos intergovernamentais, com amplas responsabilidades internacionais nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e outros conexos, sempre vinculados à ONU por meio de acordos submetidos à aprovação da Assembleia Geral (ACCIOLY; CASELLA; SILVA, 2012). Assim, além da criação de novas organizações especializadas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização para a educação, ciência e cultura (UNESCO), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), dentre outras, acabou por também incorporar organizações criadas antes da própria ONU, como é o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pelo Tratado de Versalhes em 1919.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) atua de uma maneira a fomentar uma discussão de ordem realista e muito legitimada ao promover a participação de representantes dos governos, dos trabalhadores e dos empregadores (estrutura tripartite) nos seus órgãos colegiados. Assim, é o principal ator na promoção da uniformização internacional do Direito Internacional do Trabalho, propiciando uma evolução harmônica das normas de proteção ao trabalhador para alcançar a universalização da justiça social e o trabalho digno em âmbito internacional (OLIVEIRA, 2010), ou seja, age no desenvolvimento desse importante ramo do direito coordenando a atuação de Estados e outras organizações internacionais na promoção contínua da proteção ao trabalhador.

Sob a coordenação direta da ONU, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem (TAVARES; COUTINHO NETO, 2006), talvez o mais significativo documento internacional a amparar a necessária dignidade ao trabalhador, o que pode ser facilmente detectado nos seus artigos 22, 23, 24 e 25. Bobbio (2004), aliás, a reconhece como um instrumento desencadeador

de uma fase de afirmação universal e positiva dos direitos. Universal no sentido de que não apenas os cidadãos de um Estado qualquer, mas todos os homens são destinatários dos princípios nela contidos. Positiva no sentido de garantir a efetividade da proteção dos direitos humanos ora proclamados ou idealmente reconhecidos.

Ainda acerca das normas de proteção internacional regional ao ser humano, com reflexos no ambiente laboral, pode-se apontar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José de Costa Rica, de 1969, ao se referir ao devido respeito à vida no art. 1º, ao direito à integridade física, psíquica e moral no art. 5º e ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana no art. 11º.

Já acerca da OIT, Ian Brownlie (1997, p. 592) afirma que essa organização especializada "[...] produziu de facto, durante duas gerações, uma enorme quantidade de trabalho a fim de dar expressão prática a vários Direitos Humanos extremamente importantes e a fim de criar critérios de tratamento [...]", destacando, assim, sua importância na fomentação de uma cultura de respeito aos direitos humanos no âmbito laboral.

As conferências para discussão e produção de normas na OIT contam com a participação de dois representantes de cada Estado, além de um representante dos trabalhadores e um dos empregadores desse Estado. Como resultado dessas conferências originam-se as Convenções e as Recomendações.

As Convenções são espécies de tratados internacionais que requerem a necessidade de ratificação posterior por cada Estado - Membro. No caso do Brasil, por força do artigo 49, inciso I, da Constituição Federal de 1988, o Congresso Nacional, quando há a assunção de novos compromissos de impacto, analisa e delibera sobre a matéria antes de publicar o respectivo decreto legislativo autorizando a ratificação, para posterior decreto presidencial de promulgação.

As Recomendações, por sua vez, indicam diretrizes, normas desejáveis a orientar a produção normativa interna, ou também podem ser utilizadas como regulamento da convenção adotada, esclarecendo ou detalhando pontos que mereçam maior riqueza de informações.

Ocorre que toda essa preocupação com os trabalhadores, como um ser humano de características universais, que carece de especial proteção no âmbito internacional, por diversas constatações, mostra-se muitas vezes, apenas como um discurso retórico, mais preocupado em manter boas aparências que dotar de efetividade essa necessária proteção ao trabalhador.

Tome-se como exemplo o Brasil, signatário de 80 convenções junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014), já desatualizadas as convenções que não entraram em vigor e aquelas denunciadas pelo país. Tomando-se por base o Anuário estatístico dos

Trabalhadores - 2010 - 2011 (2011), elaborado pelo DIEESE, constata-se que o país, em 2009, possuía quase 93 milhões de trabalhadores empregados, considerando-se nessa conta os com e sem carteira de trabalho assinada, bem como os funcionários públicos e militares. Nesse ano foram apuradas 2.496 mortes laborais, considerando-se apenas aquelas ocorridas entre os trabalhadores urbanos, com carteira assinada.

Por sua vez, os Estados Unidos da América são signatários de 12 convenções da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2014). De acordo com o censo de 2012, elaborado pelo escritório especializado vinculado ao Departamento de Comércio do país, em 2009 havia, somente entre civis, quase 140 milhões de trabalhadores empregados (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2012). Nesse grande mercado foram registradas 3.582 mortes laborais, em todas as áreas da economia (Id., 2012). É importante destacar que nos Estados Unidos o mercado informal é proporcionalmente inferior ao mercado brasileiro, havendo uma tendência a uma maior confiabilidade dessa informação em relação aos dados apresentados no caso do mercado brasileiro.

Tomando-se como parâmetro apenas o critério morte laboral, nos Estados Unidos da América teríamos uma morte para cada grupo de 39.084 trabalhadores, enquanto no Brasil uma morte para cada grupo de 37.259 trabalhadores. Frise-se que no Brasil os dados referentes ao enorme contingente de trabalhadores informais não estão considerados.

Como explicar que um país signatário de 80 convenções para proteção do trabalhador possui índices piores que um país que, teoricamente, pouco se importa em formalizar compromissos junto à OIT? Os compromissos laborais assumidos pelo Brasil junto à OIT são necessários? A OIT tem exercido o papel que dela se espera? Como dotar de maior efetividade os compromissos laborais assumidos pelo Brasil junto à OIT?

Os índices de acidentes no Brasil demonstram a ineficiência jurídica e social das normas internacionais de proteção ao trabalhador brasileiro. Resta claro a necessidade de que haja uma profunda mudança cultural para que bons resultados sejam obtidos nessa seara e parte da solução deve ser apresentada pelo Direito, a fim de garantir maior efetividade das normas-princípios do Direito Internacional Público. Oliveira (2010, p. 80) sintetiza bem essa ideia ao descrever que "[...] a luta dos dias atuais, no campo jurídico, é pela efetividade do direito, havendo mesmo certo cansaço diante de muito consenso e pouca ação". O mesmo autor, ao citar Juan Somavía, ex-Diretor-Geral da OIT, lembra que as pessoas hoje em dia não buscam retórica, mas sim resultados.

Nesse contexto, emerge a necessidade de se reconhecer um conteúdo essencial de proteção ao trabalhador dentro das normas internacionais e, a exemplo do que ocorreu com as

normas constitucionais, dotá-las aplicabilidade direta e imediata na extensão máxima de sua densidade normativa (BARROSO, 1993), para que se alcance a efetividade que se deseja das mesmas na promoção da dignidade do trabalhador.

3 O BRASIL, A OIT E A EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

Uma outra constatação que reforça o questionamento acerca dos papéis do Brasil e da OIT na efetivação da proteção do trabalhador pode ser extraída da análise da Convenção nº 139, que trata sobre a prevenção e controle de riscos profissionais causados por substâncias ou agentes cancerígenos, em vigência no país desde junho de 1991.

A supracitada convenção é digna de louvor quanto à intenção de chamar a atenção do país signatário para que adote boas práticas na prevenção do câncer profissional. Dentre essas práticas é possível citar a que o país deve reduzir ao mínimo compatível com a segurança o número de trabalhadores expostos a substâncias e agentes cancerígenos e a duração dos níveis de exposição (art. 2), que deve prescrever as medidas a serem tomadas para proteger os trabalhadores contra os riscos de exposição a substâncias ou agentes cancerígenos e deve assegurar o estabelecimento de um sistema apropriado de registros (art. 3) e deve comprometer-se a proporcionar os serviços de inspeção apropriados para zelar pela aplicação das disposições da convenção ou certificar-se de que se exerce uma inspeção adequada (art. 6). Todavia não há, de fato, nenhum grande desafio, nenhuma meta objetiva estabelecida, impostos ao país signatário.

Parte da realidade existente no Brasil, signatário dessa convenção há mais de 20 anos, é revelada num estudo divulgado em 2012 pelo Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA, 2012), vinculado ao próprio Ministério da Saúde, intitulado de Diretrizes para a Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho.

Esse estudo apontou a ocorrência de 18 tipos de câncer relacionados ao meio ambiente do trabalho. São eles: pele, pulmão, mesotelioma de pleura e de peritônio, bexiga, cavidade nasal, sinusal, nasofaringe, orofaringe, laringe, hematológico, estômago, esôfago, fígado, pâncreas, mama, cérebro e sistema nervoso. Ressalta também o estudo que não existe limite de exposição a cancerígenos em que se possa garantir a inocuidade para a saúde, de maneira que qualquer nível de exposição é capaz de desencadear o efeito iniciador ou promotor do câncer relacionado ao trabalho.

Extraí-se também do referido estudo uma série de constatações acerca da atual estrutura de proteção ao trabalhador. Aponta, por exemplo, para a necessidade de que os dados

biológicos individuais e coletivos decorrentes do monitoramento de exposição ocupacional para substâncias químicas devam ser coletados periodicamente em um sistema de vigilância epidemiológica pública, sendo que, no entanto, tais informações são entendidas como pertencentes às empresas e o acesso pelo poder público não é permitido.

Em relação às já conhecidas práticas desidiosas de muitos empregadores no cumprimento das atuais normas regulamentadoras, aponta um estudo publicado em 2004 ao se analisar trinta empresas baianas com mais de 100 empregados entre 1995 e 2002, que conclui que, na prática, a implementação dos PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e os PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) não ocorrem de forma consistente. O estudo evidenciou que 92,9% das empresas apresentaram algum tipo de inconsistência no PPRA e 85,7% no PCMSO. Destaca ainda que muitas outras normas regulamentadoras poderiam contribuir para o controle da exposição ambiental e, dessa forma, auxiliar na prevenção do câncer, caso fossem implementadas de forma adequada e metodologicamente correta, por meio de um redimensionamento das estratégias de adequação e prevenção baseadas no controle de riscos para o modelo que visa a substituir as substâncias cancerígenas ou as tecnologias capazes de produzir subprodutos ou utilizar matéria-prima cancerígena.

Destaca-se também no referido estudo, a necessidade de se avançar na identificação dos casos de câncer relacionados ao ambiente do trabalho, como meio para se identificar e atuar sobre as reais causas do problema. Destaca-se que a extensão do agravo, em decorrência do processo deficiente de apuração e associação das doenças ocupacionais relacionadas câncer, termina por não ser identificada e, com isso, não se valoriza adequadamente o ambiente de trabalho na rede de causalidade. Isso faz com que as campanhas de prevenção se limitem a abordar aspectos relacionados a fatores e riscos apenas com foco em transformações de condutas individuais, sem que se discuta a potencialidade dos riscos com a sociedade. Esse cenário retrata o “[...] silêncio sobre a epidemiologia e os riscos ocupacionais para o câncer relacionado ao trabalho no Brasil” (INCA, 2012, p. 94), uma vez que o foco das políticas públicas é estabelecido com base em dados viciados, que não retratam a realidade sob a qual se fundamenta o problema.

Nota-se que o cenário retrata, mais uma vez, certa ineficiência do instrumento internacional de proteção contra o câncer do trabalhador proposto pela Convenção 139 da OIT. Todavia, ao mesmo tempo em que tem-se de um lado uma convenção tímida em relação à proteção do trabalhador exposto a substâncias e agentes cancerígenos, que determina apenas medidas paliativas para mitigar os riscos de contaminação como a diminuição do tempo de

exposição, há também estudos técnicos que apontam que qualquer nível de exposição a essas substâncias e agentes, por menor que seja, pode vir a ser suficiente para desencadear o surgimento da doença. Toda a realidade até o momento exposta reforça a noção de que mais importante que a formalização de compromissos contratuais por um país é a adoção de uma postura proativa e efetivamente comprometida com a causa e os valores que se adota. Por outro lado, reforça a necessidade de uma postura mais destemida e ousada por parte da OIT.

Muitas podem ser as causas apontadas para que o Brasil se destaque como mero protetor formal das condições de vida dignas do trabalhador. Dentre elas, cabe destacar a complicada rede burocratizada dentro da estrutura governamental brasileira, que apesar dos avanços, não favorece o trabalho conjunto entre os diversos órgãos especializados de prevenção, monitoramento e fiscalização, nem mesmo o intercâmbio de informações e o compartilhamento de objetivos comuns. Soma-se a isso a deficiência legislativa, nem sempre compatível e conexa com os compromissos internacionais assumidos, uma população culturalmente habituada a desrespeitar a lei e a sobrevalorizar a vantagem a qualquer custo sobre seus pares, bem como um Ministério Público e Judiciário ainda preponderantemente legalista e também desatento aos instrumentos internacionais ratificados pelo país, ainda que longe do ideal, abre a possibilidade para a sedimentação de valores no ordenamento interno.

Já em relação à OIT, pode-se apontar que tal organização possui uma considerável gama de instrumentos com vista a dotar de efetividade as normas que lhe são inerentes. Da própria Constituição da OIT de 1919, com suas respectivas emendas realizadas até 1972, é possível constatar, por meio do art. 22, a obrigatoriedade de cada Estado enviar à organização relatórios anuais sobre o cumprimento das convenções com as quais se comprometeu. Tais relatórios são acompanhados por comissões de peritos e de aplicação de normas da Conferência Internacional do Trabalho, havendo a possibilidade de serem solicitados esclarecimentos aos Estados quando pertinente. Há também uma ferramenta de controle que pode ser de grande importância, desde que haja isenção e independência por parte das entidades de representação dos trabalhadores e empregadores, que é a reclamação junto ao Conselho de Administração quando se verificar que o Estado signatário não cumpre com as obrigações assumidas, prevista no art. 24 da Constituição da organização. Há ainda outra previsão no art. 26 dessa mesma constituição, a possibilidade de apresentação de uma queixa por um Estado membro ou delegado junto à Conferência contra o outro Estado que se julgue não cumprir com suas obrigações à Repartição Internacional do Trabalho. Disso poderá resultar a determinação, pelo Conselho de Administração, de instalação de uma comissão de inquérito para apurar os fatos. Essa comissão, após a avaliação, deverá emitir um relatório que, em confirmando-se as

violações, conterà recomendações ao país acusado. Caso o país não acate essas recomendações a questão poderá ser levada para a Corte Internacional de Justiça, que proferirá uma sentença inapelável.

Como se vê, a OIT dispõe de uma série de recursos, tanto de controle permanente como contencioso, para fazer valer os compromissos assumidos no seu âmbito de atuação e, assim, dotá-los de efetividade por meios coercitivos. Frise-se, por meios coercitivos e não pela introspecção de valores relativos ao respeito e dignidade ao trabalhador. Todavia, ao se apurar os contenciosos envolvendo o Brasil no âmbito da OIT, nota-se que a maioria deles relaciona-se com questões afeitas à liberdade sindical, por coincidência ou não, os únicos legítimos e capazes representantes dos trabalhadores com possibilidade de apresentarem uma reclamação.

De todo o exposto, nota-se que o problema da não efetivação das disposições contempladas nas convenções e recomendações firmadas pelo país junto à OIT é uma realidade que não se pode negar, em que pese a existência de mecanismos coercitivos para que a realidade fosse diferente. No entanto, garantir direitos, sobretudo direitos relacionados à dignidade do ser humano, não é algo que possa ser alcançado apenas com o compromisso formal de um Estado ou a existência de mecanismos de imposição do medo a uma punição. A proteção efetiva a tais direitos deve ser uma tarefa abraçada por todas as esferas da sociedade, em especial as governamentais. Bobbio (2004, p. 23) observa que "[...] o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político [...]", isto é, há consenso de que tais direitos são legítimos e devem ser buscados, mas pouco se faz, de fato, para que sejam implementados.

Na esteira da afirmação do grande pensador italiano, a solução política requer um esforço multidisciplinar, e ao operador do Direito impõe-se o dever de ofertar sua contribuição para encontrar soluções que garantam condições mínimas de existência do trabalhador, não apenas ao que se refere para resguardar a vida humana em si, mas uma vida saudável, uma vida com qualidade (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2012). É nesse sentido, de um esforço multidisciplinar para a efetivação da proteção do trabalhador, que o manejo adequado da hermenêutica constitucional hodierna surge como uma das ferramentas para que o operador do direito dê sua parcela de contribuição.

4 CARACTERÍSTICAS DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

É evidente que o processo de efetivação de uma norma jurídica não depende apenas do Poder Judiciário para se concretizar, especialmente quando se trata de normas internacionais,

e ainda mais de normas internacionais de proteção ao trabalhador. Ao legislador cabe pautar o desenvolvimento de sua atividade sem criar contradições no interior do sistema normativo e criar condições regulatórias que facilitem a compreensão e concretização das normas mais generalistas. À Administração cabe uma postura mais proativa no sentido de implementar políticas públicas que transforme a vontade em realidade, que respeite e valorize os valores e compromissos que carrega. Ao Ministério Público incumbe-se o dever de fiscalizar com afinco o cumprimento da lei, de também ser proativo na apuração da correspondência entre a lei e a realidade. Aos empresários cabe a tarefa de respeito à sua força de trabalho e às leis que deve seguir, dando vida às disposições existentes com vista à dignificação do homem por meio do trabalho. Aos trabalhadores, evidentemente, cabem igualmente o cumprimento das legislações protetivas, o uso dos equipamentos de proteção individual e denúncia de desvios existentes aos órgãos competentes. Mas também é notável, e é neste ponto que se foca esta reflexão, que cabe ao Poder Judiciário um papel de destaque na efetivação das normas internacionais de proteção ao trabalhador.

Num cenário construído, sobretudo pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no qual há uma tendência a um dualismo moderado pelo qual as normas internacionais devem ser incorporadas formalmente ao ordenamento existente, ainda que por processo mais simplificado, como um decreto, e levando-se em conta a supremacia constitucional inequívoca prevalecente no nosso ordenamento jurídico, a solução do problema da falta de efetividade das normas internacionais de proteção ao trabalhador passa pela intermediação do manejo da Constituição pelos representantes do Poder Judiciário. Como bem apontado por Friedrich Müller (2004, p. 80), é a Constituição "[...] o texto central mediador na sociedade política: para dominar e deixar-se dominar, para explorar e deixar-se explorar [...]", ou seja, é na própria Constituição que se deve buscar os parâmetros e elementos para nortear a busca pela efetivação dos direitos que ela também consagra.

O direito a condições de trabalho dignas é então um pré-requisito para se alcançar a saúde do trabalhador dentro da atual visão de bem-estar que se deseja, a qualidade de vida do trabalhador, que por sua vez encontra fundamento e não pode ser desassociado do princípio de dignidade da pessoa humana. Sendo a dignidade da pessoa humana reconhecidamente um direito humano, posto que dotado de universalidade em relação aos seus titulares e destinatários, morais, por terem a característica de encontrarem justificção em face dos indivíduos que os acolhem, preferenciais, já que conferem legitimidade à ordem legal vigente, e abstratos (AMARAL JÚNIOR, 2011), carece de proteção tanto na esfera interna, do próprio Estado,

quanto na esfera internacional. Nesse sentido a lição do professor Artur Bonifácio (2008, p. 230):

[...] aos mecanismos internos de controle e garantia da realização dos direitos fundamentais, aí se incluindo a justiça constitucional e, com ela, a jurisdição constitucional, devem ser somadas as diretivas internacionais de garantia de uma vida digna ao homem, como produto do universalismo e do direito internacional dos direitos humanos.

As disposições transcritas acima passam a ser relevantes quando o magistrado pressupõe, como condição para a desejada efetividade, a existência de um sistema constitucional aberto.

Uma noção geral de sistema aponta para a ideia de um conjunto de elementos que se relacionam entre si de maneira interdependente em prol de um fim comum de subsistência. Já um sistema jurídico, a partir dessa ideia, consubstanciada com o conceito trazido por Juarez Freitas (2011), poderia ser descrito como uma estrutura hierarquizada de valores, princípios e regras que se relacionam entre si, apoiando-se mutuamente a fim de dar cumprimento aos princípios e objetivos fundamentais expressa ou implicitamente consagrados pela Constituição. Especificamente em relação à Constituição, Paulo César Bezerra (2009) vem apontá-la, por suas próprias características (constitutiva e estruturante de um Estado, organizadora de um sistema de governo e representativa de direitos, deveres e garantias fundamentais), como um sistema jurídico e também político, formado, para além daquilo que lhe é formalmente agregado, a partir do desenvolvimento da hermenêutica constitucional, da teoria material da Constituição, da teoria dos Direitos Fundamentais e da própria noção de dignidade da pessoa humana.

A partir do raciocínio de Dworkin (2003, p. 261), segundo o qual cabe ao juiz, até onde for possível, tratar o sistema jurídico como se este representasse a expressão e o respeito a um conjunto estruturado e coerente de princípios, interpretando suas normas de maneira a "[...] descobrir normas implícitas entre e sob as normas explícitas [...]", essa ideia de um sistema jurídico inacabado e aberto, de base principiológica, se desenvolve. Isso representa uma transformação da maneira de se enxergar o direito. Não é possível dizer que o direito rompe com a segurança, pelo contrário, ele a reforça ainda mais ao se aproximar da moral, da ética, fortalecendo o sentimento de justiça e, conseqüentemente, valorizando o produto de sua equação, a pacificação social. Habermas (1997) vem apontar essa teoria de direitos de Dworkin como uma prática deontologicamente construída pela prática de decisões judiciais para se encontrar a harmonia entre os interesses de segurança jurídica e da aceitabilidade racional,

capaz de superar as deficiências das teorias anteriores (jusnaturalismo, realismo, positivismo e tópica). Essa premissa não causa nenhuma surpresa para uma teoria discursiva do direito, que parte da ideia de que os argumentos morais entram no direito através do processo democrático da legislação. Para Habermas (1997, p. 245-260), a teoria de Dworkin se aproxima de uma interpretação construtivista que tende a explicitar a racionalidade do processo de compreensão através de uma referência deontológica. Afirma que trata-se de uma espécie de direito positivo, que é composto de regras e princípios e que assegura, "[...] através de uma jurisprudência discursiva, a integridade de condições de reconhecimento que garantem a cada parceiro do direito igual respeito e consideração [...]", ou seja, não há prejuízo ao valor segurança jurídica.

Como apontado por Barroso (2008, p. 326-333), "[...] o constitucionalismo moderno promove, assim, uma volta aos valores, uma reaproximação entre ética e Direito". Ainda de acordo com o autor, no centro desse sistema, representando a síntese de seus valores e conferindo unidade e harmonia, encontram-se os princípios constitucionais, implícitos ou explícitos, dotados de significativa normatividade.

Por sua vez, esse cenário, dentro de uma realidade construída no seio do Estado Democrático de Direito que confere mais autonomia ao direito, vem fertilizar o surgimento de uma nova hermenêutica constitucional. Aliás, é por meio dessa nova hermenêutica que a abertura sistêmica se concretiza. Nessa nova fase, a atividade de interpretação do que é o direito é constitutiva, não simplesmente declaratória (GRAU, 2009). Segundo Eros Grau (2009), isso ocorre porque a norma não é mais o simples reflexo do texto escrito (regras). Ela passa a ser fruto de todo um processo interpretativo, isto é, seu significado será produzido pelo intérprete a partir dos preceitos, dos enunciados e dos princípios de unidade e estruturação valorativa do ordenamento jurídico. Isso permite ao representante do Poder Judiciário trabalhar construtivamente os princípios e regras constitutivos do direito vigente, de maneira a satisfazer, ao mesmo tempo, a crença na legalidade, traduzida pelo sentimento de segurança jurídica, e também necessidade de uma decisão particularizada e adequada ao caso concreto que se coloca em questão, alimentando o sentimento de justiça efetiva (CARVALHO NETO, 1998). Carlos Blanco de Moraes (2001) ensina que segurança jurídica e justiça, por mais que estejam intimamente ligadas entre si, não são conceitos equivalentes, uma vez que a primeira se apresenta como condição de realização da segunda, que por sua vez é o fim buscado pelo direito.

Essa nova postura hermenêutica, calcada numa visão substancialista da Constituição a partir de Dworkin, tem como diretrizes a noção de soberania da Constituição que molda e conforma as demais formulações jurídicas e políticas, a objetividade interpretativa amparada na ideia de respeito ao texto constitucional, à história, aos precedentes, às regras de

procedimento e às normas de competência, além da crença de que o direito não é apenas composto por regras jurídicas, mas também constituído por princípios jurídicos abertos como justiça, imparcialidade, igualdade e liberdade, a serem trabalhados na atividade interpretativa. Como apontado por Gomes Canotilho (2003, p. 1196-1197), trata-se de uma corrente "[...] não interpretativista [...]", por defender a possibilidade e mesmo a necessidade do magistrado invocar e aplicar valores e princípios substantivos, como os expostos imediatamente acima, contra quaisquer atos dos demais poderes que estejam em desconformidade com o "[...] projeto constitucional [...]". Paulo Ferreira da Cunha (2001) chega a tratar esses princípios como não princípios, pois dentre outras razões, eles seriam superiores aos princípios, seriam inspirações para os princípios, e deles não decorreriam imediatamente regras. Pode-se afirmar que não há necessariamente um rompimento com a corrente interpretativista, que defende uma interpretação constitucional objetiva, previsível, democrática. Contudo, representa uma evolução a partir da pré-compreensão dos conceitos dos valores substanciais da Constituição, no sentido de que aquilo que eles representam, a vontade, o sentimento constitucional (VERDÚ, 2006) como expressão da afeição do cidadão pela justiça, pela igualdade, pela liberdade, pelo pluralismo hodierno, justifica e fundamenta uma interpretação constitucional que reconhece as lacunas, a incompletude sistêmica, e que se volta ao consenso, ao futuro, à formulação de normas concretas preocupadas e capazes de solucionar problemas e zelar pela pacificação social.

Portanto, chega-se a um momento hermenêutico no qual há uma preocupação legítima de aproximar a construção da norma ao problema concreto a ser solucionado, justamente por entender-se, com isso, haver maiores possibilidades de efetiva solução justa e de potencial consensual. Bonavides (2006) indica que essa linha hermenêutica ganha força a partir do desenvolvimento da Tópica de Viehweg, afeita ao consenso e à ideia de buscar evidenciar a verdade, que posteriormente inspira o desenvolvimento do método concretista racionalista de interpretação constitucional de Müller. Isso não significa o desenvolvimento de uma hermenêutica simplista ou arbitrária, pelo contrário, trata-se de um processo complexo, ainda que uno, que envolve interpretação e concretização. Nesse sentido, Müller (2008) vem apontar que a concretização da norma é a própria construção da norma e que essa construção há de ser sempre prática, ou seja, a vinculação metodológica do programa jurídico obtido com o âmbito normativo encontrado da estrutura material normatizada será sempre realizada pelo operador do direito no caso específico. Porém, esse processo de concretização não pode ser simplista, pelo contrário, deve elevar as exigências pela racionalidade, o que é extremamente complexo, sobretudo quando aplicada ao Direito Constitucional, caracterizado pela

multiplicidade de espécies normativas e de ponderações apoiadas em juízos mais éticos que jurídicos.

Corroborando o entendimento supracitado, Eros Grau (2009, p. 29) afirma que o processo de concretização da norma parte de um caminho interpretativo do texto da norma para a construção da norma jurídica a ser aplicada ao caso concreto, mais isso ainda não significa a concretização da norma, que só se materializará mediante a formulação, pelo juiz, de uma "[...] decisão judicial que expressa a norma de decisão [...]", apta a solucionar o conflito que se apresenta. Daí dizer que a interpretação e a concretização são partes de um mesmo processo, sendo que, "[...] inexistente, hoje, interpretação do direito sem concretização: esta é a derradeira etapa daquela".

Dentro dessa nova realidade hermenêutica constitucional concretizadora, racional e normativamente orientada, é possível enxergar um sistema jurídico que, a partir da Constituição mantenedora do Estado Democrático de Direito, viabiliza o encontro da justiça com a segurança jurídica. Trata-se de uma efetiva ferramenta de pacificação social e de realização da dignidade da pessoa humana colocada à disposição do magistrado. Mesmo assim, é evidente que ainda necessita de ser constantemente aprimorada e, sobretudo, compreendida entre os juízes brasileiros. Nesse sentido, aponta Lênio Streck (2009, p. 70) que "[...] esse novo papel conferido pela nova hermenêutica constitucional ainda não foi bem assimilado pelos juristas brasileiros [...]", ainda muito presos a raízes legalistas, e que por isso tendem a sobrevalorizar o elemento segurança jurídica e a subvalorizar o elemento justiça.

5 A NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR PELO PODER JUDICIÁRIO

Esse cenário constitucional proporcionado pela nova hermenêutica projeta a proteção judicial do trabalhador brasileiro a um novo patamar. A construção da norma em concreto requer um trabalho pelo magistrado que prime pela efetividade. Na percepção desse fim ele tem à sua disposição princípios, o que lhe permite maior alcance e flexibilidade na construção da norma de decisão.

Os princípios, aliás, representam apenas umas das possíveis fontes do Direito Internacional do Trabalho. Como explica Celso Mello (2004), as fontes do Direito Internacional correspondem às manifestações pelas quais surgem as normas jurídicas. Sendo assim, a partir de uma visão mais próxima do formalismo, podem ser consideradas fontes os tratados, o

costume, os atos unilaterais, a exemplo das resoluções das organizações internacionais, as decisões das organizações internacionais, seus estatutos internos e princípios gerais do direito. O art. 38, inciso "d" do Estatuto da Corte Internacional de Justiça dispõe que, além dos tratados, do costume e dos princípios gerais, a Corte poderá utilizar como meio auxiliar para determinar o direito a ser aplicado as decisões judiciais e a doutrina dos publicistas mais qualificados.

Face o exposto, tem-se que os princípios a serem trabalhados pelos magistrados atuando na esfera de proteção do trabalhador podem ser oriundos da própria Constituição da OIT, de suas convenções e recomendações, da jurisprudência com base nas decisões administrativas da OIT, das boas práticas reiteradas pelos Estados e pela própria OIT, além, é claro, dos próprios princípios gerais do Direito Internacional.

Considerando-se então a associação intrínseca entre proteção do trabalhador e dignidade da pessoa humana já aventada, reforçada pela própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, precisamente nos artigos 23 e 24, é perfeitamente plausível afirmar que proteção do trabalhador é uma das espécies do gênero proteção aos direitos humanos. Isso permite, por exemplo, que os princípios extraídos da esfera internacional de proteção ao trabalhador, seja de uma convenção, resolução, jurisprudências trabalhistas, Constituição da OIT, e que comporão a norma de concretização elaborada pelo magistrado, sejam dotados de força constitucional, quando houver correspondente na própria Constituição Federal de 1988 ou quando já incorporados de acordo com os requisitos do art. 5º, parágrafo 3º, da Carta Magna, ou ainda, no mínimo, com força supralegal, com base na atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF - RE 466.343-SP).

Evidentemente, abre-se caminho para que o representante do Poder Judicial se utilize de uma gama maior de princípios trabalhistas, correlacionando uns com os outros, não apenas aqueles que podem ser extraídos de apenas uma convenção especificamente, a fim de construir uma norma de aplicação que seja capaz de impor uma postura efetiva por parte dos empregadores e do Estado (enquanto regulamentador, aplicador e fiscalizador de direitos de proteção trabalhista). Também não se pode olvidar que a interação desse magistrado com outros sistemas jurídicos, por meio da busca jurisprudencial e costumeira trabalhista tem o condão de amadurecer o sistema jurídico protetivo interno, enaltecendo e consolidando valores de proteção ao trabalhador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, resta claro que os compromissos laborais assumidos pelo Brasil junto à OIT foram e continuarão sendo importantes para a proteção do trabalhador interno. Como visto, não é o fato de formalizar um compromisso internacional que garante proteção àquilo que se elege. Mais importante do que firmar convenções com o intuito de proteger o trabalhador é ter a proteção do mesmo como um valor. É justamente quando a causa se transforma num valor para a sociedade que ela é defendida com veemência, que é concretizada por todos de maneira natural e espontânea. No entanto, para que essa seja a realidade brasileira é preciso que passos iniciais sejam dados. O reconhecimento de que a proteção do ser humano trabalhador é um valor necessário e condizente com uma vida digna, a formalização de compromissos internacionais de promoção desse valor e a disponibilização de uma estrutura mínima para o estabelecimento de políticas públicas, de regulamentos e órgãos de fiscalização representam esses passos iniciais.

Por sua vez, a OIT tem cumprido parte do papel que dela se espera enquanto promotora da proteção ao trabalhador. É inegável que conta com uma estrutura capaz de promover discussões importantes sobre o tema, de difundir valores, bem como de acompanhar boa parte da aplicação de suas convenções e recomendações, inclusive abrindo-se a possibilidade de recebimento de denúncias e apuração das mesmas com vistas a confrontar os Estados infratores. Ocorre que esse confronto parece ser ainda tímido, provavelmente porque há a necessidade de manutenção do diálogo com o Estado, sobretudo daquele Estado comprometido mais em virtude do "status" internacional que a assinatura da convenção gera do que propriamente em decorrência do valor que representa.

Assim, no sentido de melhorar a atuação da OIT, enquanto promotora da efetivação de suas normas de proteção ao trabalhador, é possível que o estabelecimento de metas mais objetivas dispostas em cada convenção possa facilitar o acompanhamento e cobrança por maior efetividade dos Estados envolvidos. Por outro lado, abrir a possibilidade de recepção de reclamação por outros atores além dos sindicatos, como por exemplo, Ministérios Públicos ou Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), parece também contribuir nesse sentido. É que, em muitos Estados, e isso pode ser apontado em relação ao Brasil, a alta dependência financeira dos sindicatos representativos dos trabalhadores em relação ao Governo Federal pode comprometer a isenção desses sindicatos, sempre que a situação configurar um conflito de interesses tendo de um lado um grupo de trabalhadores afetados e de outro o Governo Brasileiro bem "alinhado" com o sindicato representativo dos trabalhadores e dos empregadores.

Do ponto de vista interno, a efetivação das normas internacionais oriundas da OIT depende da existência, no Brasil, de uma cultura de prevenção da proteção do trabalhador. Como visto, passos iniciais foram implementados, e outros são de extrema importância para que o processo de efetivação se concretize até que esteja enraizado como um valor da sociedade brasileira. A evolução da estrutura governamental para que seja capaz de fiscalizar devidamente o cumprimento da legislação internacional e interna correlata, de criar mecanismos para mensurar os reais problemas que desafiam a efetiva proteção e, assim, estabelecer e implementar políticas públicas condizentes com as reais necessidades dos trabalhadores brasileiros é parte do processo. Todavia, sabe-se que, por depender de um maior aporte e melhor gestão de recursos financeiros e do tratamento da questão como uma política de Estado e não de governo casual, não é algo que se possa buscar a curto prazo. Contudo, a partir da postura do representante do Poder Judiciário, por meio do manejo adequado dos princípios internacionais de proteção ao trabalhador na construção da norma de concretização, existe uma possibilidade real de se estabelecer medidas de curto prazo com vistas a fortalecer o sentimento de efetividade dessas normas internacionais e contribuir com a construção desse importante valor junto à toda sociedade.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borda; SILVA, G. E. do Nascimento e. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

AMARAL JÚNIOR, Alberto. Direitos humanos: da utopia à realidade. In: PIOVESAN, F.; GARCIA, M. (Orgs.). **Teoria geral dos direitos humanos**. São Paulo: Editora: Revista dos Tribunais, 2011.

BARROSO, Luis Roberto Barroso. **Constituição e efetividade constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

_____. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 2008.

BAPTISTA, Luiz Olavo (Org.). A nova ordem econômica internacional: uma reflexão sobre suas origens e reflexos. In: BAPTISTA, L. O.; MAZZUOLI, V. O. (Orgs.). **Direito internacional econômico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

BEZERRA, Paulo César Santos Bezerra. **Lições de teoria constitucional e de direito constitucional**, Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONIFÁCIO, Artur Cortez. **O direito constitucional internacional e a proteção dos direitos fundamentais**. São Paulo: Método, 2008.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO NETO, Menelick de. A hermenêutica constitucional sob o paradigma do estado democrático de direito. **Notícia do Direito Brasileiro**, Brasília, n. 6, jul./dez. 1998, p. 233-250.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Justiça em números 2012**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CUNHA, Paulo Ferreira da. Da justiça na Constituição da república portuguesa: subsídio para a determinação do seu estatuto epistemológico-jurídico. In: **AAVV, Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976, Evolução Constitucional e Perspectivas Futuras**, AAFDL, 2001: (1-680): [63-121].

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Anuário estatístico dos trabalhadores 2010-2011**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/AnuTrab2010/index.html>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREITAS, Juarez Freitas. **A interpretação sistemática do direito**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GURGEL, Yara Maria Pereira. **Direitos humanos, princípio da igualdade e não discriminação: sua aplicação às relações de trabalho**. 2007. 316 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ILO, International Labour Organization. **Labour Standards**. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200_COUNTRY_ID:102871>. Acesso em: 05 fev. 2014.

INCA, Instituto Nacional do Câncer. **Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva**, Coordenação Geral

de Ações Estratégicas, Coordenação de Prevenção e Vigilância, Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente; organizadora Fátima Sueli Neto Ribeiro. – Rio de Janeiro: Inca, 2012. Disponível em:

<http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/diretrizes_cancer_ocupa.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MORAIS, Carlos Blanco de. Segurança jurídica e justiça constitucional. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**, Lisboa, v. 41, n. 2, 2001, p. 619-630.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Direito constitucional internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2000.

_____. **Curso de direito internacional público**. 15. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MÜLLER, Friedrich. **Fragmento (sobre) o poder constituinte do povo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Teoria estruturante do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2010.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenções Ratificadas pelo Brasil**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VARELLA, Marcelo D. **Direito internacional público**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

STRECK, Lênio. **A hermenêutica jurídica nos vinte anos da Constituição do Brasil: o novo constitucionalismo na era pós-positivista**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, Francisco de A. Maciel; COUTINHO NETO, Alfredo de S. **Direito internacional: estrutura normativa internacional**. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. 2. ed. v. 1. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

UNITED STATES CENSUS BUREAU (USA). **Statistical Abstract of the United States: 2012 Labor Force, Employment, and Earnings U.S.** Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:102871>. Acesso em: 10 fev. 2013.

VERDÚ, Pablo Lucas. **O sentimento constitucional: aproximação ao estudo do sentir constitucional como modo de integração política**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.